

A Internet na atuação política de organizações da sociedade civil de Salvador

Jussara Borges
Othon Jambeiro

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este trabalho discute o emprego que organizações da sociedade civil (OSC) dão à Internet nas suas ações de participação política. Os procedimentos metodológicos envolveram levantamento bibliográfico sobre os temas que permeiam o trabalho e entrevistas com 44 gestores de OSC em Salvador. Os resultados apontam que: 1) os principais usos da Internet estão relacionados à manutenção de contato constante com os pares, com os quais se articulam para a promoção e construção de políticas públicas, e também à busca de informação; 2) a Internet propiciou a renovação de algumas formas de participação política – a exemplo dos abaixo-assinados – e a emergência de novas, como o ciberativismo e o uso de blogs e redes sociais para denúncia de irregularidades e troca de experiências além-fronteiras.

Palavras-chave

Internet; Participação política; Organizações da sociedade civil.

Abstract

This paper discusses the Internet use by civil society organizations (CSOs) in their actions for political participation. The methodological procedures involved the literature review on the themes that permeate the work and interviews with 44 CSOs in Salvador. The results show that: 1) the main uses of the Internet are related to maintaining constant contact with peers with whom they are linked to the promotion and development of public policies and also to search for information, 2) the Internet has to renew some forms of political participation - like the petitions - and the emergence of new, as the cyber-activism and the use of blogs and social networks to whistleblowing and exchange experiences across borders.

Key words

Internet; Political participation; Civil society organizations.

Introdução

As ponderações sobre democracia eletrônica aparecem relacionadas, em geral, à capacidade do novo ambiente de informação e comunicação em oferecer suporte para processos de tomada de decisão governamental, facilitar mecanismos de transparência nas ações do Estado e maior controle social, e promover a participação do cidadão na

vida pública. Os dois primeiros itens aparecerem na literatura usualmente ligados ao conceito de governo eletrônico. De fato, é um dos lados da moeda da democracia eletrônica. Neste trabalho, entretanto, estamos mais interessados na dimensão da participação dos cidadãos, ou mais especificadamente, das organizações da sociedade civil. Interessa-nos o uso que dão à Internet no seu envolvimento em questões políticas, como acesso aos processos legislativos, comunicação eletrônica com representantes eleitos, discussões sobre temas da sociedade, participação em audiências, consultas por meio eletrônico etc.

Por outro lado, a tecnologia pode tanto contribuir para o desenvolvimento da democracia, como dificultá-lo. Como exemplo, a apropriação tecnológica pode concentrar-se entre poucos e formar-se novas categorias de exclusão, novas barreiras para grupos crescentemente marginalizados e empobrecidos socialmente. Para Norris () a divisão digital refere-se a um fenômeno que inclui a divisão democrática, para referir-se àqueles que usam ou não as ferramentas digitais para engajar-se, mobilizar e participar da vida pública.

Essa realidade incide também sobre as organizações da sociedade civil, mas ao mesmo tempo elas vêm sendo destacadas na literatura “para desenvolver habilidades políticas e cultivar virtudes cívicas dos cidadãos, para oferecer suporte à constituição de debates na esfera pública, para proporcionar representações de interesses coletivos [...] (Maia, 2008, p. 328). Ao mesmo tempo, elas vêm se apropriando dos recursos tecnológicos para alcançar seus objetivos – entre eles a atuação política. Não se trata de outra participação, mas de complementação de muitas atividades já existentes que ganharam impulso pelo emprego da Internet. Em níveis diferentes, de acordo com o tipo de participação, de acordo com as causas da organização, de acordo com as competências que dominam, todas as formas de participação política envolvem comunicação e acesso à informação. E muitas das ferramentas já disponíveis têm o potencial para dar suporte à essa participação: salas de bate-papo, fóruns de discussão, sistemas eletrônicos de votação, grupos de discussão, blogs. ()

Com isso, este artigo objetiva conhecer qual emprego as organizações da sociedade civil de Salvador dão à Internet nas suas ações de participação política. Foram entrevistados 44 gestores de organizações dessa natureza, as falas foram transcritas e constituem os dados de análise. Dentre as decisões metodológicas, optou-se por observar a utilização da Internet pela perspectiva das próprias organizações, em detrimento de uma posição pré-concebida do que poderia ser o uso. Isso significa que não se comparou essa utilização com algum “modelo ideal”. Ao contrário, optou-se por deixar as organizações descreverem livremente como utilizam a Internet e as categorias de análise foram criadas a partir das falas.

A Internet na participação política

De acordo com Saebo e outros (), a participação política através das TICs é normalmente associada com formas de deliberação ou tomada de decisão. A participação pode ter lugar em processos políticos institucionalizados (por voto, por exemplo) ou não institucionalizados (como ativismo político). As organizações da sociedade civil valem-se de ambos os expedientes, ora usando canais de participação instituídos – embora a abertura de canais eletrônicos para participação no estado brasileiro seja incipiente –, ora usando os meios eletrônicos para atuar politicamente à margem do sistema, ou contra ele.

Norris (), que não acredita que a tecnologia promove a democracia direta, mas também que o meio político não é insensível às mudanças tecnológicas, argui que “as tecnologias digitais têm a capacidade de reforçar as instituições da sociedade civil que mediam cidadãos e Estado.” Isso porque quanto mais uma organização resente-se da falta de recursos, mais aberta está para usar tecnologias digitais que propiciem inovações organizacionais: “a Internet não dirige esses movimentos insurgentes – essas causas são provocadas por paixões mais profundas – mas facilita a sua organização, mobilização e expressão.” (Norris, 2001, p. 15)

Características da Internet como baixo custo, rápida disseminação da informação e amplo alcance, a tornaram uma ferramenta poderosa para mobilizar, organizar e maximizar a atuação dessas organizações e movimentos.

[...] o poder integrador das páginas *web* e do universo que formavam trouxe para a comunicação distribuída a reunião dos diferentes movimentos em ações coletivas, seja para empreender uma luta comum, seja para construir uma atividade comum. [...] Nasce a guerra em rede (*netwar*), que permite aos movimentos sociais lutarem vantajosamente contra Estados e corporações. O movimento zapatista, nascido em 1994, será o principal exemplo desse poder e a principal escola de aprendizado para ONGs e movimentos sociais. ().

Desde então, a aplicação das tecnologias para atuação política tem tomado caminhos diversificados, como a organização e disponibilização de informações sobre orçamentos públicos, a formação de redes com organizações parceiras, a organização de protestos, o monitoramento ambiental e a denúncia de irregularidades, o levantamento de fundos para uma causa, a publicização de abusos, as listas de discussão para trocas de experiências, entre tantos outros exemplos. Surge também uma forma de participação política própria para o ambiente digital: o ciberativismo.

O ciberativismo diz respeito ao uso dos meios eletrônicos, principalmente a Internet, para convergir num mesmo espaço a divulgação de ideias e informações, a busca de apoio para uma causa, a abertura de espaços para a discussão, mas principalmente a organização e mobilização das

peçoas para participar de ações que podem acontecer no mundo real e no virtual, como a assinatura de abaixo-assinados, o envio de petições, as passeatas, a desfiguração de sites (equivalente eletrônico da pichação), entre outros.

Antes desse emprego mais elaborado – o ciberativismo – das TICs na atuação política, as organizações tendem a fazer uso das ferramentas ao seu alcance (inclusive alcance financeiro e cognitivo) para os tipos de participação que já engendravam no mundo *offline*. Isso envolve, num primeiro momento, se apropriar de um ambiente rico em informação para justamente aumentar seu estoque informacional, buscar subsídios para fortalecer seu discurso e reconhecer possíveis parceiros e adversários.

Em seguida, o ambiente digital pode gerar a oportunidade de organizações da sociedade civil articularem e mobilizarem grupos dispersos para uma ação conjunta. Para Norris () “As atividades potenciais de organização e mobilização envolvem muito mais do que a leitura passiva de páginas de informação na Web. Redes transnacionais representam um 'guarda-chuva' da web com o objetivo de ampliar o impacto de várias pequenas ONGs.” Assim, organizações que antes tinham uma atuação espacialmente limitada, encontram na Rede parceiros de interlocução e ação.

Essas organizações, que historicamente reivindicam espaços de participação e promoção de oportunidades para a esfera civil, vêm na Internet uma janela para expressão de identidades e valores. Nesse sentido, a Internet propicia um canal em que os atores podem problematizar suas questões e interesses a partir de sua própria elaboração, questões essas que muitas vezes permaneciam ocultas pelos que controlam os meios de comunicação.

Muito frequentemente, aquilo que é tematizado como problema – exploração, preconceitos ou déficits de participação pública – não é tido como tal para os demais atores da sociedade, antes da ação discursiva, mesma, do grupo social. Atores coletivos buscam desvelar formas passadas e presentes de poder que delimitam ou restringem as chances de vida dos indivíduos, organizando experiências em narrativas publicamente compreensíveis. Assim, lançam luz às formas de poder nos arranjos institucionais ou nas configurações culturais, que não eram consideradas, antes pela racionalidade dos aparatos dominantes. ()

Essa questão da visibilidade pública acerca dos problemas e causas com as quais as organizações lidam é uma das aplicações mais evidentes da Internet. Através de seus *websites*, *blogs* e redes sociais, as organizações estabelecem canais menos onerosos para difundir sua perspectiva, mantê-la atualizada e, eventualmente, conseguir apoio. Isso não significa uma ruptura com outras ferramentas: o telefone, a mídia impressa e a presença em eventos

e reuniões presenciais são combinados com ferramentas eletrônicas para publicizar suas ações, estabelecer comunicação e coordenar mobilizações.

A Internet também pode ajudar as organizações e pensar criticamente suas posições e compreender seu espaço e papel frente aos outros atores sociais. Isso pode refletir-se desde mudanças na forma de atuar, reposicionamento estratégico da organização até a revisão de seus objetivos. De fato, a Internet também funciona como um grande espelho que permite às organizações verem-se no contexto em que atuam, mas também de forma mais ampliada, comparar suas próprias ações e perspectivas com a de outros atores. Nesse uso da Internet não se trata propriamente de participação política: “Na verdade, há uma busca entre os próprios atores da esfera civil na construção de suas identidades, interpretação de sua situação em relação a outros atores sociais, assim como a busca em construir novos padrões de autoapresentação e reconhecimento.” (). Por outro lado, essa reavaliação identitária pode estabelecer novos padrões de atuação política na medida em que as organizações se percebem como atores políticos, mais que prestadores de serviços ou instituições assistencialistas.

Outro ponto para o qual a Internet e democracia têm sido constantemente relacionadas é a participação em debates públicos. Isso pode ocorrer de diversas formas: a organização pode se valer de canais abertos por outros atores para se manifestar, pode utilizar seus recursos digitais para promover debates na comunidade em que atua ou desta com outros grupos, pode simplesmente utilizar a Rede para divulgar debates presenciais. Além destas formas, as organizações tendem a produzir uma intensa comunicação interna entre seus próprios membros e parceiros. “Nesse sentido, talvez o mérito da Internet em provocar conversações autônomas e descentralizadas não esteja exatamente em fomentar o debate deliberativo em fóruns virtuais, mas, ao invés disso, em preparar os cidadãos e os atores coletivos cívicos para debates mais exigentes.” ().

Com a constituição de esferas públicas discursivas (), as organizações contribuem para a emergência de novas ideias, a proposição de soluções para problemas sociais e a discussão em busca de alternativas. Essas esferas públicas também são espaço de negociação, disputa e definição de significados entre atores sociais.

Uma forma de participação política relacionada aos debates é a consulta pública. Nem sempre essas consultas em meio eletrônico envolvem debates, mas a ideia é que forneçam subsídios ao poder público, normalmente no estabelecimento de agendas de ação e na conformação de políticas públicas. Enquanto as consultas costumam ser abertas pelo estado, as iniciativas de organizações da sociedade civil vêm sendo direcionadas em termos de petições eletrônicas, que em muito se assemelham aos abaixo-assinados: “A conexão com o processo político formal é importante: por exemplo, um determinado número de assinaturas pode forçar o Legislativo a discutir o assunto, permitindo aos cidadãos influência direta sobre a agenda política.” ().

Já comentamos da aplicabilidade da Internet em torno dos debates, mas há um sem número de aplicações políticas em torno da comunicação. Um exemplo é a intensidade comunicativa que precede e permeia a construção de

políticas públicas. Assim, o emprego da Internet na comunicação com cunho político não pode ser separada do contexto mais amplo da atuação dessas organizações, como se fosse uma comunicação a parte, alijada do fluxo cotidiano, que envolve comunicação face a face e o uso de outros meios de comunicação anteriores.

Alguns contrapontos, no entanto, merecem ser destacados. Os dados empíricos da pesquisa de Gennaro e Dutton () entre os britânicos apontam que as desigualdades da participação política *offline* tendem a ser reproduzidas e aumentadas na participação *online*. Se na participação *offline*, os indivíduos de grupos socioeconômicos mais baixos apresentam pouco engajamento cívico, ainda menos da metade desses tinham engajamento em participação *online*. Os autores concluem que o potencial da Internet para aumentar o engajamento político online pela facilidade de acesso à informação e aumento das oportunidades de comunicação é subutilizado. Observando o quesito informação política da perspectiva do acesso, DiMaggio e outros (2001), baseados em pesquisas anteriores, apontam que a Internet atua mais como um complemento para aqueles que já usavam outras fontes para manterem-se informados do que fomenta esse acesso.

Então, se por um lado a democracia encontra terreno profícuo para ser fortalecida, “pelo fato de a informação ser amplamente distribuída e os fluxos de informação não poderem mais ser controlados a partir do centro” (), por outro lado há outros condicionantes. Para Maia () “há pouca evidência de que o acesso mais amplo às tecnologias irá, por si e sem mais, expandir o interesse pelas questões políticas simplesmente porque uma parcela maior do público tem chances de participar”.

Além disso, considerando-se que novas formas de participação política têm emergido, ao mesmo tempo em que novos atores sociais se colocam ou intercambiam papéis, parece pertinente que se observe a apropriação tecnológica para participação política pela perspectiva das organizações, em detrimento de uma posição normativa. As plataformas digitais não geram participação política, mas oferecem um terreno fértil para tal, uma vez que privilegiam elementos caros à democracia como o acesso a fontes de informação diversificadas, canais de discussão públicos e comunicação facilitada.

Estratégia metodológica

Assim como os modelos de democracia variam enormemente entre os países e regiões – sistemas eleitorais majoritários ou proporcionais, nível de competitividade entre partidos, sistema executivo parlamentar ou presidencial etc. – mais ainda diferem as formas de participação e a aplicabilidade que cada

sociedade confere às tecnologias para essa participação. Se as tecnologias digitais se adaptam ao sistema político existente, então é de se esperar consideráveis diferenças entre os países (). Se nos Estados Unidos, por exemplo, a Internet foi rapidamente adotada como uma ferramenta de lobbying e levantamento de fundos para as campanhas eleitorais, esse talvez não seja o principal uso em democracias europeias ou latino-americanas. É este uso que estamos interessados em levantar entre as organizações da sociedade civil de Salvador.

A pesquisa da qual este texto emana, tomou como estratégia metodológica, em grandes linhas, primeiramente fazer uma síntese das formas de participação política encontradas na literatura e confrontá-la com as práticas de 11 organizações da sociedade civil de Salvador, chegando-se a 25 formas de participação política. Esse trabalho piloto com as 11 organizações serviu de base para o planejamento da segunda fase da pesquisa, já agora contemplando uma amostra criteriosamente construída de organizações sociais com sede em Salvador. Esta cidade, capital do Estado da Bahia, concentra organizações da sociedade civil que atuam em frentes múltiplas de defesa de direitos civis e mediações políticas. Dada a quantidade e diversidade dessas organizações, a amostra foi feita a partir do banco de dados do Cadastro Nacional de Entidades (CNE), do Ministério da Justiça. Tomando como ponto de partida o Relatório Eletrônico de Prestação de Contas que cada organização disponibiliza no CNE, foram utilizados os seguintes critérios de seleção:

- a) Organizações cuja finalidade pudesse ser enquadrada como de mudança social. Assim, dos 23 tipos de finalidades definidas no CNE, permaneceram 13;
- b) Organizações que responderam afirmativamente quanto à sua contribuição para ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania no Questionário para Avaliação da Inserção Social;
- c) Organizações que já atuavam em 1995, ano da entrada da Internet comercial no Brasil.

Com a aplicação desses requisitos, em janeiro de 2010, chegou-se a 46 organizações, conforme Quadro 1.

Acopamec - Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão
Apae de Salvador
Associação Bahiana de Recuperação do Excepcional
Associação Baiana de Deficientes Físicos - Abadef

Associação Brasileira de Educação Familiar e Social
Associação Centro Social Fraternidade Bahiana
Associação de Moradores do Conjunto Santa Luiza
Associação de Pais e Amigos de Crianças e Adolescentes com Distúrbios de Comportamento
Associação de Pais e Amigos de deficientes Auditivos do Estado da Bahia
Associação e Centro de Educação Infantil Maria Dolores
Associação Movimento João de Barro - Movimento João de Barro
Associação Nacional de Instrução
Associação Pestalozzi de Salvador
Associação Universitária e Cultural da Bahia
Casa de Santa Maria
Casa Pia e Colégio dos Orfãos de São Joaquim
Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana
Centro Espírita Caminho da Redenção
Centro Espírita Deus, Luz e Verdade
Centro Espírita União, Amor e Luz
Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente
Clube de Mães do Bairro de Pernambués
Comunidade Franciscana da Bahia
Congregação das Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil
Federação Espírita do Estado da Bahia
Fundação "Franco Gilberti"
Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas
Fundação Clemente Mariani
Fundação Instituto São Geraldo
Fundação José Silveira
Fundação Lar Harmonia
Fundação Odebrecht
Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Salvador
Grupo de Apoio à Prevenção a Aids da Bahia - Gapa-Ba
Instituto de Cegos da Bahia
Instituto de Organização Neurológica da Bahia
Instituto de Permacultura da Bahia
Instituto Guanabara
Instituto Social das Medianeiras da Paz
Liga Bahiana Contra o Câncer
Monte Tabor Centro Italo-Brasileiro de Promoção Sanitária
Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil - Nacci
Organização de Auxílio Fraternal
Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Sociedade Beneficente Cultural Afro-Brasileira São Jorge
Unidade de Onco-Hematologia Pediátrica Erik Loeff

Quadro 1: Organizações selecionadas para a pesquisa empírica

Fonte: Pesquisa dos autores a partir do CNE do Ministério da Justiça

Após três meses de tentativas para agendamento das entrevistas, duas organizações optaram por não participar da pesquisa: Casa Pia e Colégio dos Orfãos de São Joaquim, e Unidade de Onco-Hematologia Pediátrica Erik Loeff. O trabalho de campo foi realizado, portanto, com 44 organizações.

Foram realizadas entrevistas individuais com os gestores de cada organização, a partir de um roteiro semiestruturado, com 13 questões abertas.

A listagem com as 25 formas de participação política foi apresentada no decorrer da entrevista para que cada organização assinalasse aquelas formas de participação que já exerceu, bem como aquelas nas quais a Internet era utilizada. As falas, após pedido de autorização, foram gravadas e, em seguida, transcritas e os dados tratados. De acordo com o caráter qualitativo não se empregou o uso de instrumentos e técnicas estatísticas sofisticadas na análise dos dados e sim inferências a partir das falas dos entrevistados. Na redação dos resultados todas as falas estão sinalizadas em *itálico* e optou-se por ocultar a identidade das organizações. Nesse sentido, sempre que a fala do entrevistado incluiu o nome da organização, esse foi substituído por “[organização]”.

A Internet na atuação política de organizações da sociedade civil de Salvador

A Internet é utilizada por todas as organizações pesquisadas. Vinte e sete delas (61,4%) possuem sítio eletrônico institucional e apenas uma disse não ter endereço eletrônico (e-mail). Apenas quatro organizações disseram não utilizar a Internet para participação política. Outras duas não quiseram responder à questão. Assim, temos 38 organizações que, em graus e formas diferentes, relacionaram a Internet como ferramenta para levar a cabo a atuação política a que se propõem. O Gráfico 1 ilustra essa relação.

Em termos gerais, há uma proporcionalidade entre as formas mais usuais de participação política e o uso da Internet, ou seja, quanto mais um tipo de participação é desempenhado, maior o emprego da Internet nessa atuação. No entanto, há quatro pontos nos quais as duas linhas mais se aproximam, isto é, nos quais a Internet mostra-se mais presente na atuação política: “ciberativismo”, “busca de informações ou esclarecimentos a fim de uma participação consciente”, “assinatura de manifesto público ou abaixo-assinado” e “construção ou promoção de políticas públicas”.

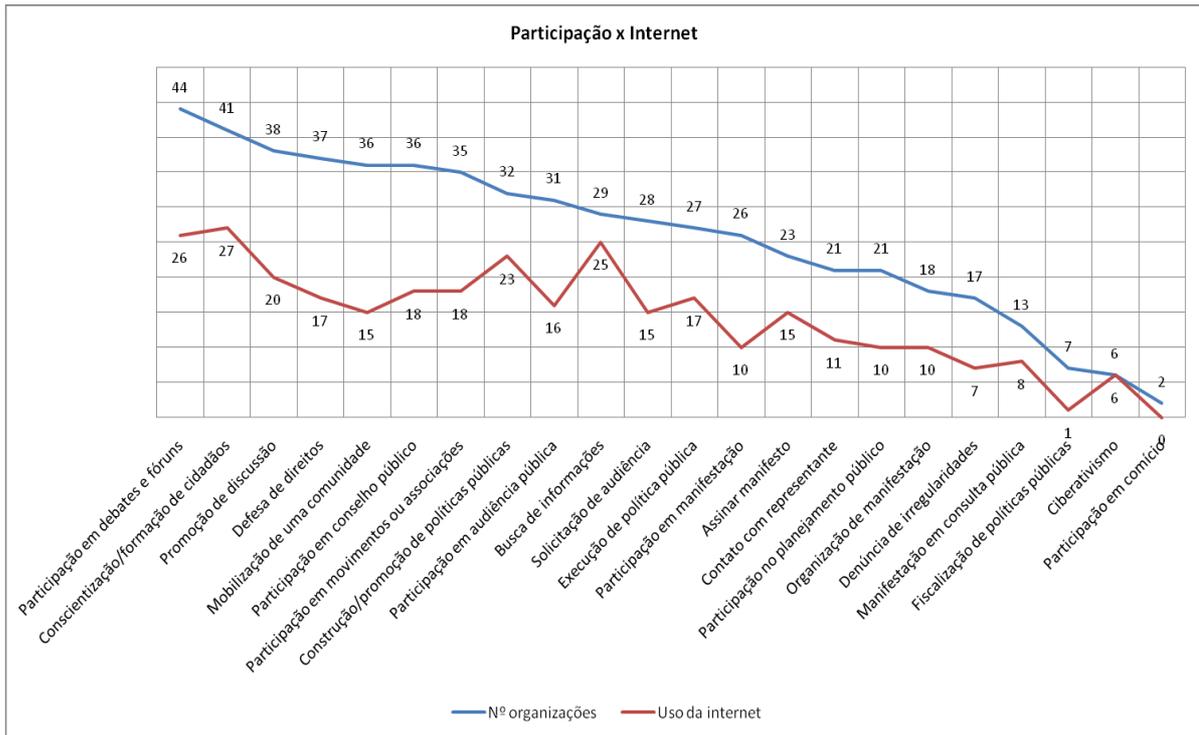


Gráfico 1: Participação política e Internet

Seis organizações disseram praticar ciberativismo. Uma das organizações não possui sítio eletrônico, o que embora não impossibilite que ela realize ciberativismo por outros meios, torna-o improvável. Observando o sítio eletrônico das outras cinco organizações, três têm um aspecto institucional – quem são, o que fazem, meios de contato etc. – e as outras duas realmente têm um discurso de engajamento: procuram divulgar suas ideias e buscar apoio para uma causa. Uma abriu um espaço para a discussão em meio eletrônico em seu sítio eletrônico chamado “Fala Comunidade”, onde as pessoas têm a possibilidade de postar comentários e discutir. Essas duas organizações, portanto, parecem ter, de fato, ações direcionadas ao ciberativismo.

A preocupação com a busca de informações como forma de uma participação política qualificada ocupa apenas a décima posição entre as formas de participação (29 organizações). No entanto, é o terceiro maior uso que as organizações dão à Internet (25 organizações) dentro do escopo das formas de participação. Um exemplo:

“Outro dia mesmo eu tive a necessidade de ver a elaboração do projeto PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que a gente estava com vontade de assinar um convênio com a prefeitura. A gente sabe que quando a

prefeitura quer implantar, eles apresentam e florescem. Então, eu fui para a Internet buscar o que é mesmo, como é que funciona, cadê a análise das instituições que já vivenciaram, porque a gente sabe que tem dificuldades.”

As respostas apontam um movimento em direção à Internet como fonte de informação desde o manter-se atualizado sobre temas de interesse da organização, até buscas mais específicas para o levantamento de dados que permitam a tomada de decisão, como também há um sentimento de inclusão das organizações na dinâmica social.

O terceiro item que chama a atenção a partir do Gráfico 1 é a assinatura de manifesto público ou abaixo-assinado. Embora seja dos mecanismos mais tradicionais na busca por apoio político para alguma causa, o antigo abaixo-assinado recebeu uma força renovada com a disseminação facilitada pela Internet.

Com relação à construção ou promoção de políticas públicas, o discurso recorrente é quanto à necessidade de comunicação intensa entre todos os envolvidos. Isso pode significar outros conselheiros, parceiros, poder público, comunidade. E a Internet é vista como o canal facilitador dessa interação.

Principalmente, mas não só, a partir dos conselhos municipais, as organizações têm estado cada vez mais envolvidas na proposição de temas, na negociação de propostas, na articulação com parceiros. São todas atividades nas quais as possibilidades oferecidas pela Internet parecem estar em sintonia com as práticas de comunicação já engendradas pelas organizações.

Outro uso político da Internet que ganhou força no último ano da pesquisa é o uso de blogs e redes sociais. Os blogs apareceram no discurso de seis organizações. Segundo elas, pela facilidade de publicação e manutenção, tornou-se um mecanismo acessível se comparado com os sítios eletrônicos que exigem algum conhecimento de linguagem de programação.

Entre aquelas organizações que mantêm sítios eletrônicos e blogs, observa-se que o blog tende a conter um discurso mais politizado se comparado ao sítio eletrônico. Os sítios, em geral, não contêm denúncias ou protestos, e focam na descrição da organização e suas ações. De forma geral, as organizações percebem o sítio eletrônico como uma representação formal

da instituição no ciberespaço, enquanto o blog tende a ser visto como mais desprendido e dinâmico.

Contudo, comparando-se os dados de três anos de acompanhamento do uso da Internet entre as organizações, o uso que mais proliferou no último ano é o das redes sociais eletrônicas, principalmente Orkut, Facebook e Twitter. A situação ainda é de experimentação, ou seja, nem sempre as organizações têm clareza da efetividade das redes para atingir ou contribuir com seus objetivos:

“Eu até hoje me pergunto como é que eu posso chamar a atenção pra gente no Facebook. Então, quando eu sugeri para o [gestor da organização] a gente inserir as redes sociais, ele ficou meio em dúvida [...]. Então, a gente não sabia se isso podia agregar ao nosso trabalho, então eu fiquei me perguntando como é que eu vou chamar a atenção das pessoas para elas entrarem no Orkut.”

Um resultado positivo observado no que tange a esta organização em particular é que ela de fato consegue uma disseminação alargada da informação. As suas campanhas têm alcançado, por exemplo, personalidades (artistas, políticos etc.) que retransmitem a informação alcançando um espectro de atenção muito superior se comparado ao uso do sítio eletrônico.

Questionados quanto ao objetivo de utilizar as redes, as respostas mais comuns estão relacionadas à disseminação de informação, conseguir novos seguidores para a causa, instrumento de prestação de contas, mas também estreitar os laços com aqueles que já fazem parte das redes *offline*.

Interessante ainda observar que algumas organizações também têm uma visão clara de que poderiam implementar um uso mais sofisticado da Internet para participação política:

“Eu acho que para a atuação política, tem que aprender ainda como usar a Internet para mobilizar, por exemplo. Tem gente aqui esperta na paróquia para outros motivos, para outras coisas, e podia levar para mobilizar toda uma comunidade. Nós não fazemos ainda isso. É possível fazer. A gente tem que ter pessoas que queiram fazer.”

De fato, deve-se reconhecer que a Internet funciona prioritariamente como um suplemento para as atividades tradicionais das organizações. Os usos inovadores ainda são exceções e não representam a realidade geral da amostra estudada. Pereira () encontrou resultados compatíveis ao observar o uso de recursos digitais por movimentos sociais:

A Internet favorece o desenvolvimento de novos repertórios, tais como produção de boletins eletrônicos, oferecimento de denúncias, promoção ou participação em abaixo assinados, cooptação de novos membros, entre outros. Apesar de um grande número de possibilidades de ação a partir da Internet, estas dificilmente irão substituir as ações presenciais. Temos na verdade a possibilidade de articulação entre ações online e presenciais. ()

Por outro lado, retomando a observação dos dados Gráfico 1, há particularmente duas formas de participação política para as quais a Internet é proporcionalmente pouco utilizada: a mobilização de uma comunidade e a defesa de direitos. Quanto à mobilização da comunidade, os dois principais motivos para o pouco uso da Internet são a exclusão digital e a valorização do contato pessoal:

“A Internet na verdade ainda é pouco usada. Ela começa a ser utilizada, mas o trabalho nos bairros é um trabalho que se faz muito mais pelas reuniões, pelos relacionamentos interpessoais. A Internet em alguns projetos é utilizada para comunicação.”

Essa fala traz à tona a importância da manutenção de intermediários humanos na sociedade:

O café, o mercado, o clube desportivo, o sindicato são mais importantes do que a Internet e o comércio eletrônico. A sociedade aberta pensava ser transparente, livre de intermediários, grandes organizadores de debates frente a frente. Tropeça sempre na necessidade de recorrer a intermediários. Mesmo multiligados, todos procuram o outro, e sobretudo necessitam de intermediários *humanos*. ()

Além dessa cultura das relações presenciais, as organizações relatam dificuldades em utilizar a Internet em qualquer atuação que envolva a comunidade, porque usualmente trabalham com grupos em situação de exclusão digital e social. Assim, considerando que a formação de cidadãos está entre as principais formas de atuação política levantadas pela pesquisa, se não há possibilidade de interlocução com essas pessoas via Internet, o uso da tecnologia fica realmente limitado para a atuação política das organizações. Por isso, muitas delas também mantêm cursos de informática, infocentros, educação digital ou projetos específicos nesse sentido.

Portanto, as organizações, em geral, percebem o uso das tecnologias como aliadas para sua atuação política, mas encontram limitadores externos, como a exclusão digital da comunidade com a qual atuam e o baixo retorno do poder público para a comunicação eletrônica. Essa dificuldade de comunicação com o poder público, e com as autoridades em geral, via meios eletrônicos, é o principal motivo alegado por que a “defesa de direitos” é um dos itens de atuação política com menor uso da Internet.

As organizações também vêm a Internet como uma importante forma de articulação com parceiros: 39 delas relataram a Internet como um canal efetivo e costumeiro de comunicação com este público:

“E quando é a luta, a reivindicação da instituição, inclusive há outras organizações que trabalham a deficiência, então quando se reivindica as coisas não é só para a [organização], se reivindica para o todo, não só para o surdo, mas também para outros segmentos. Então quando aqui se sabe de algum fórum, alguma coisa, as informações são passadas para outras organizações que trabalham com outros segmentos. [...] Então, a comunidade reunida, reivindica e consegue, um morador sozinho não consegue. [...] Essa rede mesmo que a gente estabelece é muito através de e-mails, de contatos dessa forma.”

Com o público-alvo, além da questão da exclusão digital, há certa valorização do contato pessoal e presencial. Com os parceiros, os canais de comunicação eletrônica estão estabelecidos. A surpresa mesmo é verificar as dificuldades de comunicação eletrônica com o poder público. Surpresa porque apesar dos programas de governo eletrônicos brasileiros se autopromoverem a partir ideia da melhoria da interatividade e participação popular, as organizações nem sequer consideram os portais ou mesmo os sítios eletrônicos específicos do poder público como canais de interação.

Conclusão

Ainda que com um uso aquém daquele vislumbrado pela literatura para a democracia digital e consideradas as limitações estruturais, humanas e a exclusão digital da população com quem trabalham, as organizações da sociedade civil de Salvador valorizam e empregam a Internet para a miríade de atividades a que se propõem, inclusive a atuação política.

Os principais usos da Internet estão relacionados à manutenção de contato constante com os pares, com os quais se articulam para a promoção e construção de políticas públicas, à busca de informação e à assinatura de manifestos públicos eletrônicos. A Internet como fonte de informação é citada por 25 organizações que diariamente se valem da Rede para se atualizar e buscar subsídios para as causas nas quais militam. Além disso, a Internet propiciou a renovação de algumas formas de participação política – a exemplo dos abaixo-assinados – e a emergência de novas, como o ciberativismo e o uso de blogs e redes sociais para denúncia de irregularidades e troca de experiências além-fronteiras.

É considerável que 23 das 32 que disseram atuar em torno de políticas públicas, utilizem a Internet para circular e captar informação. O que transparece, portanto, é que essas organizações por já terem uma motivação política prévia, vão apropriando-se como podem dos recursos eletrônicos que percebem como aliados para suas atividades. *A priori* não se trata de nenhum uso mais sofisticado da Internet - as organizações falam basicamente da busca de informações e do uso de correio eletrônico – mas é o que está à disposição e funciona. Esses dois elementos – disponibilidade e eficácia – são imprescindíveis para organizações que claramente vêem os recursos tecnológicos como meio, enquanto mantêm seus objetivos originais que, embora diversos, podem ser enquadrados como de mudança social.

Referências

- AKUTSO, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *RAP*, v. 36, n. 5, set./out. 2002.
- ANTOUN, H. De uma teia à outra: a explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, H. (Ed.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 11-28.
- DIMAGGIO, P. *et al.* Social implications of the Internet. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 307-336, 2001.
- GENNARO, C. D.; DUTTON, W. The Internet and the public: online and offline political participation in the United Kingdom. *Parliamentary Affairs*, v. 59, n. 2, p. 299-313, 2006.
- LYCARIÃO, D.; SAMPAIO, R. C. Sociedade civil online: diferentes usos da Internet para fomentar a participação política. *Rev. Estud. Comun.*, v. 11, n. 25, p. 97-106, maio/go. 2010.
- MAIA, R. Redes cívicas e Internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*, v. 27, n. 14, p. 43-62, 2º sem. 2007.
- MAIA, R. Redes cívicas e Internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, W.; MAIA, R. (Ed.). *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 327 – 348.
- NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University 2001.
- PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: COMPOLÍTICA (Ed.). *Encontro da Compolítica*. v. 4. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SAEBO, O. *et al.* The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 400-428, 2008.

WOLTON, D. *É preciso salvar a comunicação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.